

Importação dispara e indústria apela por proteção comercial

Comércio exterior Disputa por mercado

Importação acelera e indústria vai ao governo por proteção comercial

— Desde 2023, secretaria já registra 60 pedidos para investigar práticas consideradas desleais ou prorrogar medidas contra concorrentes no exterior

EDUARDO LAGUNA

As importações alcançaram participação inédita no mercado industrial do País em, pelo menos, 20 anos e provocaram uma corrida das empresas ao governo por medidas de defesa comercial. Desde o ano passado, 60 pedidos chegaram ao Departamento de Defesa Comercial (Decom), a porta de entrada desses processos na Secretaria de Comércio Exterior (Secex). As petições têm como objetivo a abertura de investigações sobre práticas desleais de comércio ou a prorrogação de

medidas (que têm prazos de vigência determinados) contra concorrentes no exterior. Quando essas investigações terminam com a conclusão de que um produto está entrando no Brasil com preços abaixo do normal, o que caracteriza um dumping, ou com subsídios sujeitos a medidas compensatórias, o governo aplica uma tarifa extra para proteger a produção nacional.

Só em 2023, 42 petições foram protocoladas, interrompendo quatro anos seguidos de queda no fluxo. No mês passado, outras 18 chegaram ao Decom, num sinal de que uma nova on-

da de pedidos de defesa comercial pode estar se formando. “Pelo número que já temos, sabemos que teremos bastante trabalho”, diz a secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres.

Foco principal
De 24 processos
encerrados em 2023,
nove envolveram
produtos chineses

Pelos dados disponíveis, os produtos importados já respondem por um quarto do consumo nacional de itens fabrica-

dos pela indústria. De outro lado, importadores têm se mobilizado para impedir que novas sobretaxas tenham impacto nos custos internos (mais informações na pág. B2).

Por se tratar de processos ainda em aberto, não é possível saber qual é o alvo dos novos pedidos. Porém, pelas investigações concluídas no ano passado, é possível dizer que o principal foco nessas disputas tem envolvido os produtos chineses. De 24 casos – nem sempre com resultados favoráveis a seus petionários –, nove (ou seja, mais de um terço) tiveram a China como origem in-

vestigada. As investigações tiveram como desfecho a manutenção de direitos antidumping sobre sete produtos chineses: vidros automotivos, pneus agrícolas, malhas de viscosse, fios de aço, cordoalhas de aço, tubos de aço sem costura e ácido cítrico. Outras duas, sobre subsídios e dumping de cabos de fibra óptica da China, terminaram sem análise de mérito.

Com a recuperação decepcionante do consumo interno após as rígidas políticas de controle da pandemia, mais as restrições nos principais destinos de suas exportações – por causa da substituição dos produtos chineses e do impacto dos juros altos nas economias desenvolvidas –, a China está deslocando a sua produção, a preços mais baixos, ao resto do mundo. O calçado chinês, por exemplo, entrou no Brasil durante o ano passado a um preço médio, em dólares, 12% inferior ao valor de antes da pandemia. O dado é da Abicalçados, a associação que representa a indústria nacional de calçados. ●

IMPORTADOS JÁ DETÊM UM QUARTO DO CONSUMO NO SETOR INDUSTRIAL. PÁG. B2

Comércio exterior Avanço acelerado

Importados já detêm um quarto do consumo no mercado industrial

Segundo dados da Fiesp, compras do exterior responderam por 23,4% do consumo nos últimos dois anos no setor

EDUARDO LAGUNA

Os itens importados estão se aproximando de um quarto do consumo nacional de produtos fabricados pela indústria. Mesmo com um câmbio não tão favorável para comprar do exterior, as importações responderam por 23,4% do consumo nos últimos dois anos, participação recorde em série estatística da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) iniciada em 2004. Nove anos atrás, estava em 15,4%.

O dado, que considera bens de consumo e intermediários, como peças e insumos industriais, corrobora uma tendência também apontada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que, na análise de números de 2022, já via a participação dos importados no maior patamar em duas décadas. Na conta da CNI, o coeficiente das importações (a parcela dos importados no consumo) chegou a 25,9%. Em 2019, antes da pandemia, estava em 23,4%.

Individualmente, as associações setoriais também relatam avanço das importações

em seus mercados. Segundo a Abit (que representa a indústria têxtil), os importados, embalados pelas plataformas de e-commerce da China, já são 20% das compras de vestuário. No consumo de aço, as importações chegaram no ano passado a 18,6% do total, maior porcentual em 13 anos. Nos últimos dois anos, as importações de pneus deram um salto: aumento de 72% em quantidade.

Valores
Importações de aço
chegaram a 18,6% do
consumo total no
ano passado

A causa apontada por entidades industriais é a desindustrialização do País, com a substituição da produção nacional por importações em decorrência de distorções no sistema tributário, do custo de capital elevado e das deficiências em infraestrutura. Porém, a situação também se deve à adoção de tecnologias que a China vem tornando mais acessíveis, mas que ainda engatinham no Brasil, caso dos carros elétricos.

“PERDEMOS ESPAÇO”. Conforme a CNI, o déficit comercial de produtos da indústria de transformação – ou seja, o quanto o Brasil importa a mais do que exporta – oscilou entre US\$ 32 bilhões e US\$ 61 bi-

lhões nos últimos cinco anos. No mesmo período, produtos da agropecuária e da indústria extrativa ampliaram os seus superávits nas trocas com o exterior.

Para o economista-chefe da Fiesp, Igor Rocha, a indústria brasileira perdeu densidade em setores de média tecnologia, abrindo espaço para a entrada de concorrentes internacionais numa economia mais globalizada. “Seja na questão tributária, seja no acesso a custo de capital, o Brasil avançou lentamente. Então, perdemos espaço”, diz ele. “As políticas industriais voltaram com muita força, mas só vão ser efetivas com os pilares de custo de capital e tributação ajustados.”

Segundo a Abal, que representa a indústria de alumínio, um produto no qual 12% do consumo vem do exterior, as diferenças tributárias alimentam preocupações sobre a exposição do Brasil tanto aos desvios de comércio quanto às práticas anticompetitivas. Enquanto os produtos nacionais usados na metalurgia do alumínio suportam uma carga de 35,2%, o custo tributário dos mesmos produtos importados é de 22,4%, aponta a Abal. Para os produtos transformados de alumínio, a diferença é ainda maior: 34,3%, ante 15,3% dos importados. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia & Negócios **Caderno:** B **Página:** 1 e 2